

**Private Banking do Santander premiado**

O Santander foi premiado pela revista “Euromoney” como o “Melhor Banco em Portugal” na área de Private Banking. É a oitava vez consecutiva que esta publicação destaca o serviço de excelência que o Banco oferece a este segmento, considerando-o uma referência no setor.

**Oracle Portugal tem novo Country Manager**

Bruno Morais é o novo Country Manager da Oracle em Portugal, sucedendo a Hugo Abreu, que foi promovido e passa a desempenhar funções a nível ibérico como Cloud System Leader, uma das áreas de mais forte aposta da multinacional americana. Bruno Morais tem 40 anos, é licenciado em Engenharia Informática e possui 17 anos de experiência profissional no mercado das TI.

**Casos da Vida Judiciária****MIGUEL MATIAS**

Advogado

Raposo Subtil e Associados, Sociedade de Advogados (membro fundador da RSA LP – Rede de Serviços de Advocacia de Língua Portuguesa)

**A Vida Judiciária!**

**D**os encontros e desencontros das palavras, impactantes ou mais ou menos amorfas, a “vida judiciária” resume a vida, a vida dedicada ao foro.

Sim, anos e anos volvidos, pensava eu – hoje –, sobre o que escrever.

Nem sempre é fácil encontrar um tema que reúna o pretendido – informar –, sobre matérias jurídicas específicas.

Mas, deparando-me com o nome, com a palavra reunida que dá identidade ao jornal, resolvi escrever um pouco sobre mim. O meu “eu” de Advogado, de pessoa que, ao longo do tempo tem dedicado a “vida” em exclusividade a ad vocar. Hoje de manhã, 09:30, diligência de julgamento aprazada em segunda marcação ali no campus da justiça em Lisboa.

Claro, marcada para as 09:30, iniciada às 10:15. Da inicial revolta pela espera, passando pela resiliência que o tempo trás, um encontro simpático. Éramos meia dúzia de Advogados, todos como eu à espera de começar. Sentados na sala de audiências fomos falando uns com os outros, das experiências, do tempo passado em esperas nos tantos e tantos “campus da Justiça” por este país fora. Lembra-se de como era o Tribunal de Sintra há uns anos? Dizia um de nós. Sim, era sinistro! Um prédio de habita-

Sentei-me – pela primeira vez à espera do Tribunal. Na bancada destinada aos Advogados.

O Funcionário Judicial, vendo em mim um aprendiz de feiticeiro, reparando ser a minha primeira vez, resolve praxar-me. Era um homem já entradote, baixo, calvo e anafado.

Diz-me: sr. doutor, não se esqueça da contestação.

Da contestação! Mas qual contestação exclamo eu! Mas nem conheço o arguido digo.

Não é arguido senhor doutor, é reu. Este processo é do antigo código de processo penal.

Epá! Tou tramado. Mas qual contestação! Entram, entra o Juíz, tudo se levanta, e eu, miúdo, a tremer por todos os lados, não fora a minha estreia e ainda agora a história da contestação! Que coisa.

O Funcionário, lampeiro, passa-me um papel dactilografado. Com uns dizeres que pude de imediato verificar ser a tal da contestação desconhecida...

Nunca mais me esqueci dos seus dizeres e, anos e anos a fio guardei a minuta.

Pouco mais me foi útil mas deixou gravada na minha memória – para sempre –, os seus termos:

Rezava assim: “O Réu, fulano de tal,

em concreto e o que pensava, resposta fantástica: o “meu” advogado é muito bom. Uma exceção à regra. Pessoa sabedora, estudiosa e preocupada.

Destas tantas situações - de que todos nós advogados temos para contar -, reúne-se uma “vida”. Uma “vida judiciária” feita de alegrias e tristezas, de conhecimento sobre a matéria do nosso trabalho: o ser humano, que continua sempre a surpreender-nos.

Esta “vida judiciária”, partilhada com magistrados, com funcionários judiciais, é uma vida rica. Angustiante, de adrenalina constante, viciante quiçá. Mas é uma vida que transporta as cargas das emoções de cada uma das pessoas com quem nos vamos cruzando. Ele é o divórcio, o crime, as relações de trabalho, a regulação da vida social, a disputa civil pelo cumprimento e interpretação de um contrato. Sei lá! Uma “vida” feita de tantas “vidas”.

Somos pessoas distintas, sim é verdade. Sabemos muitas coisas sobre a “vida dos outros” (nem sempre somos capazes de saber da nossa, é certo). Partilhamos entre nós a angústia dos momentos difíceis, o reconhecimento da “arte” de cada um, mesmo quando estamos em lados opostos, mesmo quando nos debatemos uns com os outros a coberto das nossas “togas”.

Podia escrever sobre a criminalidade económico-financeira, tão em moda. Podia falar sobre os crimes contra as pessoas de onde destacaria a também tão em moda violência doméstica. Podia falar sobre a interpretação dada a um determinado artigo do Código de Processo Penal que estende prazos sem que consiga chegar a um consenso sobre qual o limite destes mesmos prazos estendidos por força das especiais complexidades atribuídas aos mesmos. Podia falar da falta de equilíbrio entre arguidos e vítimas no processo penal. Podia falar da imensidão dos “mega processos” e de quanto eles contribuem para os atrasos da justiça. Podia falar do segredo de Justiça, da sua constante violação e da hipocrisia reinante sobre quem o viola, como o viola e onde o viola sem que, alguma vez, se encontre um culpado.

Podia, sim podia, mas hoje “não era a mesma coisa”.

Quero falar desta condição de “ser”, que fala por quem não tem voz, advogando pelos corredores dos “palácios”, das “domus”, dos novos “campus”, fazendo disto uma vida.

Uma vida que, no fim dela, terá sido mais uma, apenas mais uma das tantas “vidas judiciárias”!

Obrigado à advocacia e aos Advogados por existirem.

**JOSÉ MARTINO**

Empresário e consultor agrícola  
josemartino.blogspot.pt

**Leis sem rei nem roque**

Um dos nossos pecados capitais é a tendência quase obsessiva para os nossos legisladores, sejam os deputados ou o Governo, produzirem legislação em doses industriais. Resmas de legislação, como diria o outro... Este afã, que, se quisermos ser mais cínicos ou aderir a teorias da conspiração, apenas serve aos grandes escritórios de advogados de Lisboa, que depois são chamados para dirimir as contendas, é prejudicial à economia e é um dos instrumentos que agravam a nossa burocracia.

Portugal precisa de mais transparência legislativa, mais clareza na interpretação das leis, mais uniformidade, mais celeridade e mais proximidade entre quem executa a legislação e o cidadão.

O emaranhado de leis do nosso edifício jurídico e legislativo, muitas vezes atingindo o absurdo de estarem em vigor leis diferentes sobre a mesma situação, é um dos mais graves problemas com que se confrontam os nossos empresários e os nossos cidadãos.

Como aqui tenho escrito amiudamente, estamos a um passo de assistir ao colapsar do nosso regime político. As arbitrariedades (não posso usar outra palavra) na interpretação diversa da legislação sobre um mesmo assunto é um travão ao nosso desenvolvimento.

Empresas, instituições, organizações, cidadãos, empreendedores, investidores, jovens empresários ficam com as suas vidas suspensas porque o edifício jurídico do nosso Estado de Direito não é claro nem transparente.

Em períodos temporais diferentes, legislação diferente impõe regras diferentes.

Organizações que cumpriram a legislação e investiram para ter acesso a ajudas ao investimento são depois obrigadas a devolver o dinheiro recebido; responsáveis públicos são obrigados a pagar do seu bolso coimas por decisões que cumpriam a lei, mas que outra lei diz que não o podiam fazer.

Os danos que estas interpretações divergentes, dúbias e muitas vezes absurdas fazem à nossa economia são devastadores. Quem quer investir num país neste caos legislativo?

Quem quer assumir as suas funções públicas com brio e profissionalismo se mais tarde é responsabilizado por uma lei que contraria uma outra à luz da qual ele decidiu?

Parem esta máquina desenfreada de produzir legislação sem cuidar de saber se existe outra diferente para as mesmas situações. Parem, pensem e reflitam. A minha proposta é a de uniformizar a interpretação das leis, por ação de um organismo público que, em tempo útil, possa dirimir as controvérsias que se coloquem.

Podiam começar por colocar os tribunais administrativos a funcionar em tempo útil, produzindo sentenças no prazo de um ano. Nem sabem o bem que isso fazia à nossa economia.

**Enfim, anos e anos passados, pude verificar o meu orgulho na profissão que então e até hoje abracei. Orgulho pelos meus Colegas. Orgulho pela Advocacia.**

ção transformado em casa da justiça! As chamadas eram feitas aos berros pelos Funcionários no hall de entrada de um dos patamares mais elevados do prédio. Uma zona comum. Comum para tudo, na definição legal e no cumprimento do dever de chamar quem estava para os actos. As salas de audiência eram nas caves do prédio. As garagens e/ou arrecadações transformadas em salas onde se julgava a vida, a liberdade, a honra, a propriedade e tantos outros bens jurídicos mais ou menos ofendidos.

Lembrei-me da minha primeira intervenção em Tribunal! E relatei-a. Na altura, neófitos, íamos até ao “Tribunal de Polícia” sito no Palácio da Justiça. Dezenas de arguidos “apanhados” na criminalidade menor da noite lisboeta. Às segundas sabíamos que teríamos bastante para fazer. O acumulado do fim de semana assim ditava.

vem oferecer o merecimento dos autos e tudo o mais que, a seu favor, se vier a provar nesta audiência de julgamento.” Uma contestação “de preceito”.

Enfim, anos e anos passados, pude verificar o meu orgulho na profissão que então e até hoje abracei. Orgulho pelos meus Colegas. Orgulho pela Advocacia. Profissão tantas e tantas vezes ostracizada e conotada com adjectivos menos próprios.

Há uns anos, na Ordem dos Advogados e no seu então Conselho Distrital de Lisboa, sob a Presidência do António Raposo Subtil, elaborámos um inquérito sobre a advocacia.

Resultado paradigmático: a opinião geral sobre os advogados não era nada favorecedora.

Mas, perguntado o inquirido se tinha ou alguma vez tinha tido necessidade de se socorrer dos serviços de um advogado